

2ª VIA



À PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJINHA– MG
PREGOEIRO E COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL n.º 016/2023

Objeto: Futura contratação de empresa especializada em prestação de serviços para realização de rodeio profissional e locação de estrutura, com transmissão ao vivo, rodeio show e atividades correlatas, para todos os dias da EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE LAJINHA – XXVII EXPOAL em comemoração aos 85º aniversário de Lajinha/MG(...)

DIAMETRO SONORIZAÇÃO LTDA – ME
CNPJ18.085.614/0001-89

Recibo de protocolo N.º.
Data:



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJINHA/MG.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2023

A empresa DIAMETRO SONORIZAÇÃO LTDA - ME, inscrita no CNPJ 18.085.614/0001-89, com sede na Rua Bom Jesus do Livramento, 131, centro, Guaçuí – ES, neste ato representada por seu administrador, WAGNER ALVES FERREIRA, RG: 1.510.189SSPES, CPF:095.557.407-20, brasileiro, engenheiro civil e endereço Rua Bom Jesus do Livramento, 131, centro, Guaçuí – ES, ao final assinada, com a devida vênia, vem, à presença de Vossa Senhoria, tempestivamente, apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL n.º 016/2023

Com fundamento no art. 41, da lei n.º 8666/19393 c/c item 3 e subitens seguintes do instrumento convocatório impugnando, pelos motivos de fatos e fundamentos a seguir declinados:

1 . DOS FATOS

Em síntese, a impugnante tomou conhecimento do Pregão presencial, regido pelo Edital n.º 016/2023, A presente licitação tem por objeto Futura contratação de empresa especializada em prestação de serviços para realização de rodeio profissional e locação de estrutura, com transmissão ao vivo, rodeio show e atividades correlatas, para todos os dias da EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE LAJINHA – XXVII EXPOAL em comemoração aos 85º aniversário de Lajinha/MG(...)

Ocorre que, compulsando-se os autos do presente Edital, a empresa impugnante percebeu que o d. pregoeiro trouxe, no subitem 8.1.6, algumas exigências de qualificação técnica e o jugamento em lote único, restringindo e que afrontam diretamente o ordenamento legal em relação aos procedimentos licitatórios e pela , eis seu teor:

11/25



"ipsis litteris"

Da Qualificação Técnica:

c) apresentar Atestado de capacidade técnica comprovando cumprimento de forma satisfatória a execução de serviços de TRANSMISSÃO AO VIVO com características iguais ou semelhantes com objeto a ser contratado, devendo estar chancelado pelo CRA - CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO; (...)

c1) prova de vínculo entre o profissional/empresa com relação aos serviços de Transmissão ao Vivo;

c2) prova de Inscrição junto ao CRA do profissional/empresa, devidamente válido;

c3) a empresa deverá comprovar documentação a relação jurídica existente entre a mesma e a empresa responsável pela transmissão, caso seja terceirizado.

d) apresentar Atestado de Visita Técnica ao local do evento, comprovando o efetivo conhecimento do licitante quanto às condições do solo e da área onde serão instaladas as referidas estruturas, conforme documento a ser expedido pela Secretaria Municipal requisitante.

g) certificado de responsabilidade técnica da licitante no CRA (Conselho Regional de Administração);

o) cadastro do responsável pela empresa no corpo de bombeiros como promotor de eventos do Estado da Sede da licitante;

q) certificado de atividade organizado para o evento emitida pelo Ministério do Turismo em nome da empresa; r) certificado de atividade de prestadora de infraestrutura emitida pelo Ministério do Turismo em nome da empresa;

s) certificado NR – 35 em nome do responsável, em que estabelece os requisitos mínimos de proteção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução; y) certificado de Regularidade ambiental para Comércio e transporte de produtos perigosos emitido pelo IBAMA;

z) auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB);

21/25



aa) apresentar Comprovante de Curso de Brigada de Incêndio, Teoria e prática de técnico de segurança do trabalho do técnico blaster com comprovante de vínculo empregatício na empresa quando for o caso;

Percebe-se, então, que o órgão inseriu como exigência de qualificação técnica do licitante alguns pontos que merecem revisão por parte de órgão, pois tais exigências restringe a participação no certame em tela

Tais disposições, no entanto, não pode permanecer no instrumento convocatório, sob risco de se incorrer em afronta direta aos princípios norteadores da Lei de Licitações Públicas, conforme restará demonstrado doravante.

2 . DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

2.1 Da impugnação as alíneas “c”, “c1” e “g” :

Inicialmente, cumpre revelar, que o artigo 1º da Lei 6.839/1980, cuida do registro das empresas em entidades competentes de fiscalização:

Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

Conforme dicção deste dispositivo, compreende-se que somente é exigido realizar o registro nas competentes entidades fiscalizadoras, em relação APENAS às suas atividades básicas ou àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

3/25



Pois bem, é de bom alvitre ressaltar, que o **Superior Tribunal de Justiça** atribuiu interpretação restritiva ao dispositivo supracitado. No REsp 932.978/SC, **a Corte Superior entendeu que o registro no CRA somente era exigido em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros, e não em relação à atividades secundárias.**

É notório, que a inscrição no Conselho Regional de Administração só será obrigatória se a atividade desempenhada pela empresa tiver como escopo principal a exploração da atividade de administrador, no pregão em tela nota – se que nos itens apresentados as funções exigidas em nada tem se enquadra na atividades pertinentes de administrador

Não se pode interpretar que, havendo a mera contratação de pessoal, necessariamente haverá a necessidade do profissional de administração para o desempenho da atividade. Aliás, essa interpretação seria tão extravagante que adotá-la significaria dizer que praticamente toda e qualquer empresa que tivesse empregados precisaria ser registrada no CRA, independente de sua atividade.

A Corte Suprema de Contas tem se manifestado reiteradamente contrário à exigência de CRA de empresas cujo objeto social constitua prestação de serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial, observe-se:

TCU - ACÓRDÃO

ACÓRDÃO 2308/2007 ATA 30 - SEGUNDA CÂMARA
[inteiro teor] Relator: AROLDO CEDRAZ -
REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. EXIGÊNCIA DE
REGISTRO EM CONSELHO REGIONAL DE
ADMINISTRAÇÃO. EXIGÊNCIA DE REGISTRO DE CIPA
EM DRT. EXIGÊNCIA DE INSCRIÇÃO NO PROGRAMA
DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR. VEDAÇÃO DE
SOMATÓRIO DE ATESTADOS DE DESEMPENHO
ANTERIOR. DESCABIMENTO DAS EXIGÊNCIAS E DA
VEDAÇÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

4125



DETERMINAÇÕES. 1. É inexigível em edital delimitação o registro de empresa prestadora de serviços de vigilância e de portaria em Conselho Regional de Administração. 2. É inexigível em edital delimitação o cadastramento de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes na Delegacia Regional do Trabalho. 3. É inexigível em edital de licitação a inscrição da empresa no Programa de Alimentação do Trabalhador. 4. É inadmissível cláusula de edital que veda a comprovação de desempenho anterior mediante somatório de atestados. Diário Oficial da União: 30/08/2007 página: 0 28/08/2007

Acórdão 1841/2011 – Plenário

Atividades não relacionadas às específicas dos
profissionais de Administração não exigem registro
perante o Conselho Profissional da categoria.

Ainda sobre o Acórdão 1841/2011 – Plenário, ficou consignado que o **TCU não concorda** “com a manifestação do CRA no sentido de que os serviços objetos da licitação em tela, por envolverem atividades de administração e seleção de pessoal com locação de mão de obra, se enquadram como atribuições específicas do campo do administrador”. (Relator: Ministro Augusto Sherman Cavalcanti. Sessão em 13/07/2001.) (grifo nosso)

Além da posição firme do STJ e do TCU, cumpre salientar, que este também é entendimento sedimentado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, o qual, repudia, rigorosamente, a exigência de inscrição no CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, senão vejamos:

ADMINISTRATIVO. EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL. INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - CRA.

DESNECESSIDADE. 1. Hipótese em que se discute se a autora, empresa que se dedica à prestação de serviços especializados de segurança e vigilância patrimonial, faz jus a que não seja

obrigada a manter a inscrição nos quadros do CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO –

5/25



CRA/PE,

bem como que seja cancelada qualquer cobrança relativa à anuidade 2015; **2. A Lei nº 6.839/80 estabelece que as empresas são obrigadas a proceder ao registro nas competentes entidades fiscalizadoras, tão somente em relação à sua atividade básica ou àquela pela qual prestem serviços a terceiros;** **3. Na hipótese dos autos, deve a autora registrar-se apenas na entidade fiscalizadora no que atine à sua atividade básica, essencial, não tendo obrigação alguma de se registrar no CRA/PE, pois a sua atividade principal não é a administração de empresas;** 4. Apelação e remessa oficial improvidas. (PROCESSO: 08004218220154058300, APELREEX/PE, DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA, 2ª Turma, JULGAMENTO: 29/07/2015, PUBLICAÇÃO.

Prefacialmente, é importante esclarecer que a exigência de apresentação de atestado registrado no CRA não está previsto no rol taxativo do artigo 30, da Lei 8.666/93, observe-se:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

6125



É patente sublinhar, que a exigência imposta nosubitem impugnando é para apresentação de atestado registrado no CRA - Conselho Regional de Administração. No entanto, é deconvir que não há previsão normativa para que seja apresentado o atestado registrado no CRA.

É de bom alvitre deixar claro, que as exigências para apresentação de atestado estão insculpidas no art. 30 da Lei nº 8.666/93, e são esgotadas nesse dispositivo, sendo defeso aos órgãos e entidades da Administração Pública inovar.

Ademais, é jurisprudência consolidada nos Tribunais pátrios que a exigência de registro do atestado de capacidade técnica no CRA é ilegal, uma vez que não comporta suporte jurídico, senão vejamos:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. IBAMA. LICITAÇÃO. **EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA VISADO PELO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. ILEGALIDADE. REMESSA OFICIAL.** 1. Trata-se de mandado de segurança objetivando a reintegração da impetrante no procedimento licitatório, do qual foi afastada, por não apresentar certificados do Conselho Regional de Administração, anulando-se a decisão que a inabilitou na primeira etapa do certame. 2. Aos Conselhos Regionais de Administração compete fiscalizar, na área da respectiva jurisdição, o exercício da profissão de Administrador [art. 8º alínea b, da Lei n.4769/65, com nova redação dada pela Lei n. 7.321/86]. As empresas de serviços de limpeza e conservação não estão obrigadas ao registro no CRA. 3. Remessa oficial não provida.

Deste modo, óbice não há quanto ao reconhecimento de que tal exigências de registros que estão no referido instrumento convocatório, deve ser excluído do conjunto de normas do Edital, tendo em vista que sua exigência não se sustenta perante o ordenamento jurídico licitatório.

7/25



Além disso, se faz latente demonstrar, que manter a exigência de CRA na licitação para o objeto do presente certame constituiria, inequivocamente, restrição indevida ao caráter competitivo do certame, violando, acintosamente, o Princípio da Ampla Concorrência, disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93, § 1º, I, observe-se:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com

os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

- admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991

2.2. Da impugnação da alínea “d”, subitem 8.1.6.

Ocorre que, a exigência de visita técnica obrigatória limita o universo de competidores, uma vez que acarreta ônus excessivo aos interessados que se encontram em localidades distantes do local estipulado para o cumprimento do objeto.

8/25



Ademais, o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO possui diversos julgados no sentido de que é desnecessário o comparecimento ao local de prestação dos serviços, **bastando a declaração do licitante** de que conhece as condições locais para a execução do objeto. A ver:

“ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em: (...) 9.4. determinar, nos termos do art. 43, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 250, II, do RITCU, que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) , além da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Instituto Euvaldo Lodi (IEL-NC) , promovam a devida correção das falhas identificadas no edital da Concorrência nº 8/2018, adotando as seguintes medidas: (...) 9.4.4. inclua a possibilidade de substituição do atestado de visita técnica obrigatória pela declaração formal do responsável técnico sobre o pleno conhecimento do objeto, em consonância com a jurisprudência do TCU (v.g. Acórdãos 1.823/2017,

212/2017, 2.126/2016 e 1.955/2014, do Plenário).” 1
“ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e 250, inciso IV e §2º, do Regimento Interno deste Tribunal e, diante das razões expostas pelo relator, em: (...) 9.7. dar ciência à Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ): 9.7.1. de que são irregularidades que podem ensejar a anulação do certame as seguintes: (...) **9.7.4. exigência de “atestado de visita técnica”, sob pena de desclassificação da proposta, sem a devida motivação e sem franquear às licitantes a alternativa de apresentação de declaração de opção de não realizar a**

9/25



vistoria, sem prejuízo da consecução do objeto, em desacordo com a Constituição Federal, art. 37, inciso XXI; com a Lei 8.666/1993, art. 3º, §1º; e com a Jurisprudência do TCU (Acórdãos 655/2016, 656/2016, 234/2015, 1.955/2014, 1.604/2014, 714/2014, 1.731/2008, todos do Plenário do TCU);”² “

O TCU firmou entendimento de que há restrição na competitividade e afronta ao disposto no inc. III do art. 30: “(...) extrapola tal preceito o requisito de que o próprio profissional a ser indicado na licitação como responsável técnico da obra deva ser o credenciado para a vistoria”. O TCU ponderou também que “(...) não se mostra razoável e não encontra abrigo na legislação o estabelecimento de vistoria no mesmo dia e horário, para todos os credenciados, uma vez que esse procedimento, além de restringir a participação dos interessados, possibilita a ocorrência de ajustes entre os futuros licitantes.” **Diante dos fatos, o tribunal determinou ao órgão jurisdicionado que “abstenha-se de estabelecer, em licitações (...), cláusulas impondo a obrigatoriedade de comparecimento ao local das obras, (...) sendo suficiente a declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto”.**³

“a exigência de realização de visitas técnicas (ou vistoria, nos termos empregados no edital) aos locais de execução dos serviços como critério de habilitação de licitantes já foi considerada abusiva pelo Tribunal em algumas ocasiões, por ausência de previsão legal. Segundo essa linha de entendimento, **a declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços basta à Administração como prevenção contra possíveis alegações de impossibilidade de execução do contrato ou demandas por revisão contratual em razão de circunstâncias passíveis de serem avaliadas nessas visitas.**”

10/25



Portanto, resta evidente que a obrigatoriedade da vistoria técnica é ilegal e enseja a anulação do certame caso permaneça prevista no Edital, como prevê a jurisprudência do TCU. Logo, deve ser excluída tal previsão, permitindo-se que a vistoria técnica possa ser substituída por declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços.

É conclusivo que a Administração Pública não pode atuar de forma desvirtuada ocasionando indevida restrição à competitividade, fato este configurado pela mencionada exigência do Edital, que impõe como requisito a juntada de vistoria técnica, maculando seriamente a competitividade do certame.

Pelo exposto, deve a Impugnação ser acolhida para sanar o vício do Edital retificando a redação contida na alínea “d” do subitem 8.1.6, para excluir a exigência de obrigatoriedade da vistoria técnica.

2.2. Da impugnação da alíneas “c1”, subitem 8.1.6.

Em princípio, recorde-se que existe entendimento uníssono no âmbito do Tribunal de Contas da União apontando a ilegalidade da exigência do vínculo empregatício nos procedimentos licitatórios, uma vez que seria excessiva (e restritiva da concorrência) a exigência de que determinado profissional tenha vínculo empregatício com o licitante, porquanto o mesmo poderá prestar os serviços por intermédio de outros vínculos jurídicos, conforme Acórdão paradigma 2297/2005 - TCU - Plenário.

A demonstração de vínculo empregatício no momento do certame configura restrição indevida ao caráter competitivo da licitação e viola dispositivo constitucional que somente permite exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

11/25



É notório que o a Corte de Contas, através de seu plenário, já passificou através de diversos acordãos a não obrigatoriedade de vínculo empregatício. Vejamos:

Acórdão n ° 1110/2007 TCU - Plenário
(...)

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

(...)

9.2. determinar à(...)

que: 9.2.1. abstenha-se de dar prosseguimento à Concorrência Pública 002/2006, adotando as providências necessárias ao exato cumprimento da lei visando, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93, à anulação da mencionada licitação, tendo em vista a presença, no instrumento convocatório do certame, de cláusulas em afronta às disposições contidas no art. 3º, § 1º, inciso I, 30, § 1º, inciso I, art. 30, §§ 2º, 3º e 5º, e art. 48, § 1º, da Lei 8.666/93, bem como a inobservância do disposto no art. 167, § 1º, da Constituição Federal, e no art. 7º, § 2º, inciso IV, da Lei 8.666/93;

(...) 9.2.4. observe, no instrumento convocatório do certame que vier a dar lugar à Concorrência 0022/2006, as disposições da Lei 8666/93, especialmente quanto ao seguinte:

(...) 9.2.4.5. a abstenha-se de exigir que o profissional indicado na comprovação de capacitação técnico-profissional pertença ao quadro da licitante previamente à data da licitação (art. 30, § 1º, inciso I);

9.2.4.6. preveja, no instrumento convocatório, a possibilidade de o profissional indicado na comprovação de capacitação técnico-profissional ser vinculado à licitante por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum (Acórdãos 2.297/2005-TCU-Plenário, 361/2006-TCU-Plenário, 291/2007-TCU-Plenário e 597/2007-TCU-Plenário);

(...)

(Destacou-se) (grifo nosso)

Acórdão n ° 141/2008 TCU – Plenário
Voto do Ministro Relator
(...)

12/25



7. No tocante à não-aceitação de contratos de prestação de serviços como comprovação da existência de profissional no quadro funcional da licitante, também acolho as conclusões da Secex/PI. A compreensão mais adequada de quadro permanente, mencionado no art. 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, deve ser a do conjunto de profissionais disponíveis para prestar os serviços de modo permanente, durante a execução do objeto licitado, conforme jurisprudência e doutrina citadas pela unidade técnica.

8. Nesse sentido, não há necessidade de que os profissionais mantenham vínculo de emprego ou societário para que se caracterize o compromisso de realizar o serviço ao longo da execução do contrato. Tal exigência viria, apenas, impor ônus desnecessário às empresas, uma vez que se veriam obrigadas a manter entre seus empregados, ao longo dos anos, um número muito maior de profissionais ociosos.
(...) (grifo nosso)

11. Portanto, a compreensão é no sentido de que, tanto na data da entrega da proposta quanto ao longo da execução do contrato, a contratada deve contar com profissional qualificado, vinculado à empresa por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou que tenha vínculo trabalhista ou societário com a empresa. (grifo nosso)

12. Assim entendido, a exigência em comento também restringiu o caráter competitivo do certame licitatório, podendo ter afastado, inclusive, potenciais interessados em participar do certame. (...)

2.3 Da impugnação da alíneas “c3”, subitem 8.1.6.

Tal disposição, no entanto, não pode permanecer no instrumento convocatório como exigência técnica habilitatória, pois traz risco ao certame uma vez que obriga as licitantes a firmar acordo prévio com terceiros, sobre pressunção de um futuro contrato, impondo as licitantes custos em manter um contratado a sua disposição, para um futuro e incerto contrato.

Deve-se atentar sempre, conforme orientação dos Tribunais superiores e da melhor Doutrina, que as exigências de qualificação técnica não devem e nem podem ser desarrazoadas a ponto de frustrar o caráter competitivo do certame. Outro não é o posicionamento do TCU.

13/25



Acórdão 114/2007 Plenário (Sumário);

Abstenha de incluir cláusulas em edital que venham a **impor ônus desnecessários aos licitantes**, (...) por implicar restrição ao caráter competitivo do certame, em violação ao art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993. (grifo nosso)

Acórdão 1552/2008 Plenário (Sumário);

As exigências editalíssimas devem limitar-se ao necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame. (grifo nosso)

Urge mencionar, ainda, Súmula 272/2012 do Tribunal de Contas (BRASIL, TCU, 2012): "Deve-se esclarecer que toda e qualquer exigência de qualificação técnica deve ser concebida de modo a não impor custos prévios à celebração do contrato", vejamos:

"Súmula nº 272/2012: No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de **incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato**". (grifo nosso)

Logo, por todo exposto, verifica-se de forma clara e inequívoca, que a exigência pertinente a Qualificação Técnica, em solicitar do licitante a a empresa deverá comprovar documentação a relação jurídica existente entre a mesma e a empresa responsável pela transmissão, caso seja terceirizado.

2.4 Da impugnação da alíneas "o", "q", "r", "s", "y", "z" e "aa", subitem 8.1.6.

Em uma breve análise as exigências das alíneas supracitadas, nota – se que são exigências demasiadas, não apenas impossibilitam a viabilidade de toda e qualquer proposta a ser apresentada, como, também, frustram o caráter competitivo do certame

Em análise ao edital identifica-se que as alíneas destacada comprometam a disputa e inviabilizam a análise pela Administração Pública do cumprimento do art. 3º da Lei 8.666/93, já que, de acordo com o que o Edital acima mencionado propõe, não há como obter a proposta mais vantajosa e nem sequer atender aos

44/25



princípios básicos do processo licitatório, quais sejam, o da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, dentre outros, conforme será demonstrado.

Sabemos que na administração pessoal podemos fazer tudo que a lei não proíbe, já na administração pública só se pode fazer o que a lei autoriza.

O Prof. Hely Lopes Meirelles, pai do Direito Administrativo Brasileiro leciona que:

“Na Administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto, na Administração pessoal é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe. Na Administração Pública só é permitido fazer aquilo que a lei autoriza.”

O Inciso XXI do Artigo 37 da Constituição Federal. Impôs um limite nas exigências de Habilitação em licitações públicas.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

I[...]

XXI – ... as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública ... , o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

E Ainda, Segundo o Inciso I, do Artigo 3º da Lei 8666/93, Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010 Constituem condições discriminatórias, e, portanto, vedadas pela lei, aquelas que se prestem a **“admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem**

15/25



o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato”, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12º deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; ()

Neste sentido vejamos algumas das decisões do TCU:

No entender deste Tribunal, a Administração Pública deve ater-se ao rol dos documentos elencados nos arts. 27 a 31 da Lei de Licitações para fins de habilitação, **não sendo lícita a exigência de nenhum outro documento que não esteja ali apontado** (Decisão n.º 202/1996 - Plenário, Decisão n.º 523/1997 - Plenário, Acórdão n.º 1.602/2004 - Plenário, Acórdão n.º 808/2003 - Plenário) **considerando que a carta não integra a relação de documentos dos artigos mencionados, não se contempla a possibilidade de sua exigência.** [...] (TCU. ACÓRDÃO 2404/2009 - Segunda Câmara. Ministro Relator José Jorge. Sessão 12/05/2009) (grifo nosso)

3 . [...] é clara a jurisprudência desta Corte de Contas sobre a questão em debate, no sentido de **vedar a inclusão em edital, como condição de habilitação ou de classificação, de exigência de declaração ou de apresentação de carta de solidariedade, por carecer de amparo legal e por restringir a competitividade do certame**, em afronta ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei n. 8.666/1993 (Acórdãos - TCU n. 2.375/2006 - 2ª Câmara, e ns. 423/2007, 539/2007, 1729/2008, 1731/2008 e 1979/2009, do Plenário). (grifo nosso)

A finalidade principal de um certame licitatório é a escolha da proposta comercial mais vantajosa para a Administração Pública. A lei determina que o licitante demonstre à Administração Pública, através de prova documental, a sua habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal.

16/25



Contudo, a Administração dispõe de discricionariedade na escolha dos requisitos para a habilitação dentro dos limites previstos na Lei nº 8.666/93.

Os princípios que regem a Lei Geral das Licitações, restam violados quando se estabelece exigências que frustrem a competitividade, a economicidade e a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Os autores, JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR verbera:

"As cabeças dos arts. 30 e 31 (qualificação técnica e econômico-financeira) fazem uso do modo verbal, limitar-se-á", o que significa que, em cada caso, o respectivo ato convocatório não poderá exigir documentos além daqueles mencionados nos artigos, que demarcam o limite máximo de exigência, mas poderá deixar de exigir os documentos que, mesmo ali referidos, considerar desnecessários para aferir as qualificações técnica e econômico-financeira satisfatórias, porque bastarão à execução das futuras obrigações que se imporão ao licitante que surtir vencedor do torneio (...) (grifo nosso)

Ainda no que toca às generalidades dos documentos exigíveis na fase de habilitação, **sublinhe-se que o ato convocatório padecerá de vício de ilegalidade se exigir qualquer documento, por mais plausível que pareça, imprevisto nos arts. 27 a 31.**" (PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Op. cit. p. 323 -324) (grifo nosso)

Para realçar, transcreve-se elucidativa ementa proveniente do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO:

"A Administração Pública, para fins de habilitação, deve se ater ao rol dos documentos constantes dos arts. 28 a 31, não sendo lícito exigir outros documentos ali não elencado." (TCU, Decisão nº 523/97, publicada no Informativo de Licitações

17/25



e Contratos nº 45, Editora Zênite, de novembro de 1997, p. 897).
(grifo nosso)

É notório que a exigência de requisitos excessivos ou não previstos em lei causa prejuízos à coisa pública, podendo inclusive ensejar o direcionamento do objeto licitatório a determinada empresa, cercear a competitividade ou mesmo prejudicar a escolha da proposta comercial mais vantajosa, situações jamais toleradas pela administração pública.

Por fim e última ressalva, nos ensina mestre Adilson Abreu Dallari em sua obra "Aspectos Jurídicos da Licitação" em relação aos editais:

"O edital é um instrumento de chamamento, e deve servir para trazer pessoas, e não para impedir que pessoas que efetivamente poderiam contratar se afastem da licitação. O edital não pode conter cláusulas que representem barreiras impeditivas de participação no procedimento, a quem realmente tem condições de participar ou a quem realmente esteja disposto a se instrumentar para participar".

3 - DESMEMBRAMENTO DO LOTE

No edital é apresentado apenas um lote com diversos itens distintos, categoria com diversas de atividade econômicas , visto que já esta dividido dentro do lote em categorias de serviço por esta Administração entender que são itens separados. Contudo, os valores apresentados são para a categoria inteira.

Entretanto não é possível as empresas participarem da licitação visto que são serviços diversos, publicidade física, volante e rádio, serviços de instalação e manutenção elétrica, parque de diversão, serviços de organização de rodeio profissional, locação de banheiros químicos, serviços de sonorização e iluminação, serviços de vigilância e brigadista e serviço de locação de estrutura não permanente.

Verifica ainda que são oito atividades economicas distintas que em nasa guarda relação entre si, sendo possivel a aja o desmenbramento do lote.

18/25



Assim, é importante que este Órgão proceda o desmembramento dos serviços que englobam um lote apenas, por se tratar objetos muito diversos entre si, e a divisão trará benefício a esta administração, pois atrairá empresas especializadas em seus ramos de atividades, por conseguinte ampliando a competitividade e menor preço.

Ademais, dificilmente haverá uma única empresa que forneça todos os equipamentos englobados neste lote, já que são incompatíveis, comportando, portanto, plena divisibilidade sem comprometimento ao objeto, muito pelo contrário, a divisibilidade acarretará em benefício para esta Administração, uma vez que evitaria certames fracassados, ou até mesmo desertos, assim, ampliando a participação de empresas, vez que se dedicam a apenas alguns dos serviços, uma vez que especializadas, assim, nítido que a junção de itens autônomos e distintos em um mesmo lote, data vênua, ofende a competitividade e a busca pela melhor proposta.

Repita-se que não haverá empresa que forneça todos os objetos do lote único da licitação, tendo em vista que as empresas deverão apresentar atividade econômica que atenda todos serviços elencados, existindo, portanto, a necessidade de se desmembrar o lote, passando a abranger diversos lotes, desta forma, possibilitaria a participação de empresas e garantiriam uma prestação de serviço mais adequada, pois contrataria empresas especializadas em cada ramos de comércio e atividades determinadas, garantindo, inclusive, melhor qualidade dos equipamentos e excelência no atendimento, mantendo o custo e assegurando a ampla concorrência.

Ainda, a permanência de itens autônomos em um único lote acaba por infringir a imposição do artigo 5º, parágrafo único do Decreto nº 5.450/2005, *in verbis*:

“Art. 5º [...]”

Parágrafo único. ***As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados***, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação”. (grifo noss)

19/25



Diante do exposto, nítido que o julgamento de lote formado por sistemas autônomos impossibilita um maior número de empresas no certame, vez que maioria das empresas não conseguirá atender ao lote em sua integralidade pela distinção de finalidades entre os equipamentos lá constantes, sendo mais viável tanto aos licitantes, quanto a Administração, realizar o desmembramento do lote, possibilitando o julgamento por objetos compatíveis, garantindo a ampla concorrência e assegurando a real efetividade do certame licitatório, atendendo assim o princípio da eficiência administrativa, vez que com a respectiva alteração se evitará pregão deserto ou fracassado, além de garantir a economicidade, impedindo prejuízos à Administração Pública.

Ainda, manter o edital da maneira como está, seria afrontar o princípio da legalidade, uma vez que a lei garante a participação de qualquer interessado nos certames, ou seja, desde que seja capacitado para prestar o objeto do edital e trabalhe em ramo compatível, deve ter a possibilidade de participar da licitação sem restrições, assegurando assim o princípio da ampla competitividade, assim, a lei impõe à Administração o dever de, caso necessário, dispor de vários itens ou lotes separadamente, para que essas participações sejam possíveis, servindo, inclusive, como forma de proteção à Administração Pública, conforme estabelece o artigo 23, §1º, da lei 8666/93, abaixo:

“Art. 23 [...]

§1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. (grifo nosso)

Sobre o assunto, ensina o Renomado Doutrinador Marçal Justen Filho:

“Nos termos do princípio geral considerado no art. 23, §1º, aplica-se a regra da preferência pelo fracionamento da contratação, quando isso for possível e representar vantagem para a administração. O fracionamento visa ampliar a competitividade, sob o pressuposto de que o menor porte das aquisições ampliaria o universo da disputa.”

20/25



No mesmo sentido é o posicionamento do Tribunal de Contas da União, vejamos:

*“O §1º do art. 23 da Lei nº 8666/93 estabelece a possibilidade de a Administração **fracionar o objeto em lotes ou parcelas** desde que haja viabilidade técnica econômica. Nos termos do §2º, o fracionamento da contratação produz a necessidade de realização de diversas licitações. **O fundamento do parcelamento é, em última instância, a ampliação da competitividade**, que só será concretizada pela abertura de diferentes licitações. Destarte, justificação a exigência legal de que se realize licitação distinta para cada lote do serviço total almejado.”* (Acórdão nº 2393/2006, Plenário, rel. Min. Bnejamin Zymler) (grifo e negrito não original)

Vale mencionar ainda que Colendo Tribunal de Contas da União decidiu no sentido de que em sendo o objeto da contratação de natureza divisível, deverá se produzir a licitação por itens, conforme se verifica na jurisprudência referida infra:

*“TCU – Decisão 393/94 do Plenário – “firmar o entendimento, de que, em decorrência do disposto no art. 3º, §1º, inciso I; art. 8º, § 1º e artigo 15, inciso IV, todos da Lei nº 8.666/1993, **é obrigatória a admissão**, nas licitações para a contratação de obras, serviços e compras, e para alienações, onde o **objeto for de natureza divisível**, sem prejuízo do conjunto ou complexo, da adjudicação por itens e não pelo preço global, **com vistas a propiciar a ampla participação dos licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam, contudo, fazê-lo com referência a itens ou unidades autônomas**, devendo as exigências de habilitação adequarem-se a essa divisibilidade”. (grifo nosso)*

Ainda nesse sentido, vejamos a Súmula 247 do Tribunal de Contas da União:

“Súmula nº 247 do TCU

***É obrigatória a admissão da adjudicação por item** e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível,*

21/25



*desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, **tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas**, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade".(grifo nosso)*

O artigo 15 inciso IV da Lei 8666/93 também consagra a possibilidade de divisibilidade em itens/lotes, nos seguintes termos:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

[...]

*IV- **ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade.**" (grifo nosso)*

Em suma, esta empresa impugnante – assim como nenhuma outra – pode ser impedida de participar em itens que atende plenamente pelo simples fato de não possuir os demais itens autônomos que estão incorporados no lote em questão que faz parte do objeto do certame, sendo que estes nem se quer são compatíveis, haja vista não se referirem ao mesmo ramo de atividade.

Sendo assim, mais do que comprovada a imprescindibilidade do desmembramento do lote único, portanto, a retificação deste ato convocatório para que passe a dispor dos serviços de locação de palco, sonorização e iluminação de forma separada dos demais itens que compõe referido lote, devido a impertinência entre eles, permitindo assim a ampla concorrência, sendo mais vantajoso inclusive para esta Administração.

Destarte, caso esta Ilustre Comissão de Licitação modifique as exigências do edital, terá como consequência a participação de diversas empresas altamente capacitadas que neste momento encontram-se impossibilitadas devido a restrição constante em edital, além de evitar o risco de adquirir equipamentos com custo mais alto ou restar o certame prejudicado.



Com efeito, o exame acurado do edital revela situação que merece urgente reparo pela autoridade administrativa elaboradora do instrumento convocatório, pois cria óbice à própria realização da disputa, limitando o leque da licitação a apenas um grupo seletivo do segmento, totalmente em desacordo com os preceitos obrigatórios do processo licitatório.

A Administração veio ao edital, mais precisamente no subitem 8.1.6, exigências incompatíveis, com os próprios limites impostos pela 8.666/93 e o ajuntamento de diversos serviços em um único lote, e se acaso não seja revista, poderá cercear o direito de participação de inúmeras empresas interessadas.

Interpretando as disposições do artigo 3º, o ilustre especialista na área de licitação, o doutor MARÇAL JUSTEN FILHO assevera:

Os dispositivos restantes, acerca da licitação, desdobram os princípios do art. 3º, que funciona como norteador do trabalho hermenêutico e de aplicação da Lei das licitações. **Nenhuma solução, em caso algum, será sustentável quando colidente com o art. 3º.** Havendo dúvida sobre o caminho a adotar ou a opção a preferir, o intérprete deverá recorrer a esse dispositivo. Dentre diversas soluções possíveis, deverão ser rejeitadas as incompatíveis com os princípios do art. 3º (in 'Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos', Ed. Dialética, 5ª edição, fls. 54). (grifo nosso)

Inclusive, sobre o assunto já se pronunciou o Egrégio Tribunal de Contas da União, em Decisão;

A violação de princípios básicos da razoabilidade, da economicidade, **da legalidade** e da moralidade administrativa, e a desobediência às diretrizes fundamentais da licitação pública, no caso, a isonomia entre licitantes, o julgamento objetivo, a vinculação ao instrumento convocatório, bem como o caráter competitivo do certame constituem vícios insanáveis que ensejam a fixação de prazo para exato cumprimento da lei, no sentido de declarar a nulidade do certame. Acórdão 6198/2009 Primeira Câmara (Sumário) (Grifo nosso)

Em suma, restringir a participação dos licitantes em circunstâncias tais, que minam o direito à escorreita participação do certame e fiel observância, pela Administração Pública, dos preceitos constantes no instrumento convocatório e em toda a legislação pertinente – mormente aquelas que dizem respeito ao caráter competitivo

23/25



do certame, ao tratamento isonômico e à obtenção da proposta mais vantajosa – é situação que enseja, fatidicamente, ampla margem para o entendimento segundo o qual o modus de avaliação das propostas a serem apresentadas consolida desrespeito às máximas principiológicas do caput do artigo 3º, aludidas in supra, quais sejam "(...) o princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável"; e, ainda, da disposição da Lei nº. 8.666/93 segundo a qual, relembramos:

§ 1º É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo (...)

Ainda tratando do mérito da impugnação, não é demais enfatizar que a própria Lei nº. 8.666/93 está carregada de tópicos de preocupação, acerca da responsabilização de eventuais responsáveis da disputa por:

- a) imposição de restrições indevidas à ampla concorrência;
- b) elaboração imprecisa de editais;
- c) inclusão de cláusulas que denotam o direcionamento do procedimento licitatório.

Portanto, Ilustre Pregoeiro, não faltam motivos – de fato e de direito – para que Vossa Senhoria republique o Edital e seus anexos, extraíndo -se os vícios nele presente, conforme discriminado acima, republicando-o, reabrindo o prazo de cadastramento de proposta de 08 (oito) dias a partir da data da publicação.

24/25



4 . DOS PEDIDOS IMPUGNATÓRIOS

Ante o exposto, requer-se o recebimento da petição e o acolhimento da presente **IMPUGNAÇÃO**, objetivando- se:

- a) Exclusão das exigências das alíneas “c”, “c1”, “c2”, “C3”, “d”, “g”, “o”, “q”, “r”, “s”, “y” “z” e “aa”.
- b) Que seja desmebrando o lote único, em lotes distintos.

E assim agindo, estará convicto que os princípios da ampla concorrência e da segurança jurídica foram devidamente respeitados, por ser medida da mais salutar justiça.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Lúna/ES, 29 de maio de 2023.



DIAMETRO SONORIZAÇÃO LTDA - ME
CNPJ 18.085.614/0001-89

25/25

DIAMETRO SONORIZAÇÃO LTDA

Rua: Bom Jesus do Livramento nº 131-Bairro Centro - GUAÇUI-ES - CEP 29560-000

CONTRATO SOCIAL

1

WAGNER ALVES FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira Nacional de Identidade CI nº 1.510.189, expedida pelo SSP-ES e do CPF/MF. nº 095.557.407-20 e residente e domiciliado, a Rua: Bom Jesus do Livramento nº 131-Bairro Centro em Guaçuí (ES) - CEP 29560-000, filho de Vanilton Lopes Ferreira e Ivanete Alves Nogueira Ferreira, nascido no dia 27 de Janeiro de 1982, natural de Guaçuí ES-CEP 29560-000.

LUCAS ALVES FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário portador da Carteira de Identidade CI 3473.501, expedida pelo SSP-ES e do CPF/MP. nº 137.216.787-02, residente e domiciliado à Rua: Bom Jesus do Livramento nº 131-Bairro Centro em Guaçuí-ES (ES) CEP 29560-000, filho de Vanilton Lopes Ferreira e Ivanete Alves Nogueira, nascido no dia 01 de Maio de 1993, natural de Alegre - (ES) CEP 29500-000.

Passando a constituir sob o tipo Jurídico Sociedade Limitada, a qual se rege, doravante, pelo presente **CONTRATO SOCIAL** ao qual se obriga mutuamente todos os sócios:

CLAUSULA PRIMEIRA

A denominação social da empresa: **DIAMETRO SONORIZAÇÃO LTDA**, da qual fará uso o sócio administrador, apenas nos atos exclusivos e imediatos da sociedade, ficando por isso mesmo expressamente proibido o uso da mesma em avais, finanças, e quaisquer documentos estranhos à sociedade.

CLAUSULA SEGUNDA

A sociedade tem sede a Rua: Bom Jesus do Livramento nº 131-Centro em Guaçuí (ES) CEP: 29.560-000, podendo abrir filiais em qualquer ponto do território nacional, desde que atenda as formalidades legais.

CLAUSULA TERCEIRA

O Capital Social será o seguinte R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00(um real) cada integralizada neste ato em moeda corrente do país.
Continua...



Lucas Alves Ferreira

116

DIAMETRO SONORIZAÇÃO LTDA

Rua: Bom Jesus do Livramento nº 131-Bairro Centro - GUAÇUI-ES -CEP 29560-000

Continuação

A distribuição do Capital entre os sócios dá-se da seguinte forma:

SÓCIOS	Nº. DE QUOTAS	PERCENTUAL	VALOR
WAGNER ALVES FERREIRA	45.000	90%	R\$ 45.000,00
LUCAS ALVES FERREIRA	5.000	10%	R\$ 5.000,00
TOTAL	50.000	100%	R\$ 50.000,00

CLAUSULA QUARTA

A responsabilidade de cada sócio é restrito ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLAUSULA QUINTA

A sociedade terá o Objetivo Comercial de:

- 7739-0/03 - Aluguel de Palcos, Coberturas e outras Estruturas de uso Temporário, exceto andaime.
- 9001-9/06 - Atividades de sonorização e de Iluminação.
- 7420-0/04 - Filmagem de Festas e Eventos.
- 9001-9/05 - Produção de Espetáculos de Rodeios, Vaquejadas e Similares.
- 9319-1/01 - Produção e Promoção de Eventos Esportivos.
- 9001-9/02 - Produção Musical.
- 8230-0/01 - Serviços de Organização de Féiras, Congressos, Exposições e Festas.

CLAUSULA SEXTA

A duração do presente contrato será por tempo indeterminado, tendo inicio suas atividades a partir da legalização em órgãos competentes.

CLAUSULA SETIMA

A administração da Sociedade caberá aos SOCIOS, **WAGNER ALVES FERREIRA** com os poderes e atribuições de administradores, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer cotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Continua...

 Lucas Alves Ferreira

216

DIAMETRO SONORIZAÇÃO LTDA

Rua: Bom Jesus do Livramento nº 131-Bairro Centro - GUAÇUI-ES -CEP 29560-000

Continuação

CLAUSULA OITAVA

A titulo de "Pro - labore" os sócios estipularão uma retirada de comum acordo até o Máximo permitido em lei cuja importância será levada a conta DESPESAS GERAIS DA SOCIEDADE.

CLAUSULA NONA

Ao termino de cada exercício social, em 31 de Dezembro, o administrador prestara contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado Econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas os lucros ou prejuízos.

PARAGRAFO ÚNICO - Nos 4 (quatro) meses seguintes do termino do exercício social os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores se for o caso.

CLAUSULA DÉCIMA

A cessão ou transferência de cotas a estranhos dependerá do consentimento prévio dos sócios que em igualdade de condições exercerão o direito de preferência no prazo de 60 (sessenta) dias corridos.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuara suas atividades com os herdeiros ou sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste ou do (s) sócio (s) remanescente (s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARAGRAFO ÚNICO - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Os casos omissos neste contrato serão dirimidos de acordo com a legislação em vigor.

Continua...

 Lucas Alves Ferreira

316

DIAMETRO SONORIZAÇÃO LTDA

Rua: Bom Jesus do Livramento nº 131-Bairro Centro - GUAÇUI-ES -CEP 29560-000

Continuação

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Fica eleito o foro da Comarca de Guaçuí- (ES), para dirimir qualquer dúvida oriundas deste contrato.

O (s) administrador (es) declara (m) sob as penas da lei, que não esta (ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar (em) sob os efeitos dela, a pena que veda, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra economia popular o sistema financeiro nacional, fé ou a propriedade.

E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento de contrato social em 4 (quatro) vias de igual forma e teor na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Guaçuí-ES (ES), 29 de Abril de 2013.

Wagner Alves Ferreira
WAGNER ALVES FERREIRA

Lucas Alves Ferreira
LUCAS ALVES FERREIRA

TESTEMUNHAS:

ERON DOMINGOS NUNES
ERON DOMINGOS NUNES - CI 526.247-ES


DAIANE PIRES DA SILVA
DAIANE PIRES DA SILVA - CI 14.134-ES

JUNTA COMERCIAL DO EST. ESP. SANTO
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 08/05/2013 SOB Nº: 32201696424
Protocolo: 13/030449-2, DE 03/05/2013
DIAMETRO SONORIZAÇÃO LTDA
PAULO CEZAR JUFFO
SECRETARIO-GERAL

416

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

ES

NOME
WAGNER ALVES FERREIRA

DOC. IDENTIDADE/ÓRG. EMISSOR/AUF
1510189 SSP ES

CPF
095.557.407-20

DATA NASCIMENTO
27/01/1982

FILIAÇÃO
VANILTON LOPES FERREIRA
IVANETE ALVES NOGUEIRA FERR
EIRA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
A.D.

Nº REGISTRO
01493473715

VALIDADE
26/10/2025

1ª HABILITAÇÃO
15/10/2000

OBSERVAÇÕES
EAR

ASSINATURA DO PORTADOR
Wagner Alves Ferreira

LOCAL
VITORIA, ES

DATA EMISSÃO
06/11/2020

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

04094211060
ES360738389

ESPÍRITO SANTO

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

